

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL (1862-1930)

Maria João Mogarro
Universidade de Lisboa

RESUMO

Na segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX assistiu-se, em Portugal, a uma actividade cultural intensa, marcada significativamente pelas questões educativas e pela necessidade de formação da população portuguesa. A crença ilimitada nas potencialidades da escola, como factor gerador de progresso e desenvolvimento, tinha a sua âncora no referencial positivista e cientista em voga e aspirava à formação de cidadãos mais cultos, conscientes e lucidamente participativos na vida social e política. Os debates educativos foram marcados pelo combate ao analfabetismo, à ignorância a aos preconceitos decorrentes da sujeição teológica das almas. A regeneração económica e social conduziria a uma sociedade nova e devia ser construída por homens novos, para seguir a retórica republicana, ocupando a sua formação e educação o centro dos discursos políticos que projectavam o futuro do país. Neste sentido, a formação de professores para o ensino primário ganhou uma importância crescente, traduzindo-se nas várias reformas do ensino normal, entre 1862 e 1930, assim como na evolução dos currículos. O nosso objectivo é compreender o papel que a História da Educação desempenhou na consolidação do sistema de formação de professores e na prossecução das finalidades que este se propunha alcançar. Presentes nos programas e contemplados nos manuais pedagógicos usados nas escolas normais, os conteúdos históricos sobre a educação começaram por constituir algumas rubricas nos programas e nos primeiros manuais de pedagogia, evoluindo gradualmente para uma autonomização disciplinar. Em 1919, a História da Educação é consagrada como componente curricular própria, com duas cadeiras (Pedagogia Geral e História da Educação e História da Instrução Popular em Portugal), atingindo uma importância significativa nas escolas de formação de professores nos anos vinte do século passado. O nosso corpus documental é constituído pelos manuais de pedagogia e história da educação publicados neste período. A análise dos tópicos de história da educação que os primeiros destes manuais (Cirne, 1881; Afreixo, 1883; Coelho, 1894, 1903 e outros) apresentam, revela-nos a importância que temas como as ideias pedagógicas, a vida dos “grandes educadores” e as realidades educativas (fundamentalmente, as reformas legislativas nacionais) tinham na formação de professores. A presença destes temas na imprensa de educação e ensino evidencia também a pertinência da reflexão desenvolvida no âmbito do ensino normal (Nóvoa, 1993, 1994). Na transição do século, o ensino da História da Educação apresentou uma visão progressista, em que o desenvolvimento constante da humanidade e das sociedades era contado pelo espelho da educação, através da sua evolução ao longo dos séculos. No discurso educativo de então, a História assumia a dignificação da missão do professor, a par da legitimação do processo de construção do sistema estatal de ensino. Com a autonomização curricular, em 1919, estes elementos foram reforçados. A representação do professor surgia imbuída de um forte espírito de missão, de cariz republicano e positivista, apresentando os manuais, como as Lições de Pedagogia Geral e História da Educação, de Pimentel Filho (1919), uma reflexão histórica e pedagógica sobre as duas perspectivas já enunciadas para o período anterior: a evolução das ideias e dos princípios educativos, a par da história das instituições escolares e dos sistemas estatais de ensino. Num registo à dimensão nacional, os manuais de História da Instrução Popular em Portugal (Pélico Filho, 1923), alargaram a abordagem dos factos históricos às iniciativas de educação popular, não só na esfera pública como também incluindo as de natureza particular. Lugares de memória, objectos fabricados e portadores de uma materialidade específica, utensílios pedagógicos, documentos ricos e multifacetados, os manuais de pedagogia e história da educação reflectem as influências que se faziam sentir no campo historiográfico da educação e são a expressão das formas como se foi construindo um discurso próprio neste campo disciplinar. Assim, permitem-nos compreender o papel da História da Educação na consolidação do sistema de formação de professores em Portugal, a par de um exercício de comparação com o Brasil.

TRABALHO COMPLETO

Na segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX assistiu-se, em Portugal, a uma actividade cultural intensa, marcada significativamente pelas questões educativas e pela necessidade de formação da população portuguesa. A crença ilimitada nas potencialidades da escola, como factor gerador de progresso e desenvolvimento, tinha a sua âncora no referencial positivista e cientista em voga e aspirava à formação de cidadãos mais cultos, conscientes e lucidamente participativos na vida social e política. Os debates educativos foram marcados pelo combate ao analfabetismo, à ignorância e aos preconceitos decorrentes da sujeição teológica das almas. A regeneração económica e social conduziria a uma sociedade nova e devia ser construída por homens novos, para seguir a retórica republicana, ocupando a sua formação e educação o centro dos discursos políticos que projectavam o futuro do país.

Neste sentido, a formação de professores para o ensino primário ganhou uma importância crescente, traduzindo-se nas várias reformas do ensino normal, entre 1862 e 1930, assim como na evolução dos currículos. O nosso objectivo é compreender o papel que a história da educação desempenhou na consolidação do sistema de formação de professores e na prossecução das finalidades que este se propunha alcançar. Presentes nos programas e contemplados nos manuais pedagógicos usados nas escolas normais, os conteúdos históricos sobre a educação começaram por constituir algumas rubricas nos programas e nos primeiros manuais de pedagogia, evoluindo gradualmente para uma autonomização disciplinar, consagrada em 1919.

Na transição do século, o ensino da história da educação apresentou uma visão progressista, em que o desenvolvimento constante da humanidade e das sociedades era contado pelo espelho da educação, através da sua evolução ao longo dos séculos. No discurso educativo de então, a história assumia a dignificação da missão do professor, a par da legitimação do processo de construção do sistema estatal de ensino. Com a autonomização curricular, estes elementos foram reforçados e a representação do professor surgia imbuída de um forte espírito de missão, de cariz republicano e positivista,

Lugares de memória, objectos fabricados e portadores de uma materialidade específica, utensílios pedagógicos, documentos ricos e multifacetados, os manuais de pedagogia e história da educação reflectem as influências que se faziam sentir no campo historiográfico da educação e são a expressão das formas como se foi construindo um discurso próprio neste campo disciplinar. Assim, permitem-nos compreender o papel da História da Educação na consolidação do sistema de formação de professores em Portugal, a par de um exercício de comparação com o Brasil.

1. A história da educação nas reformas do ensino normal primário

O ensino da história da educação em Portugal apresenta um itinerário semelhante aos caminhos que percorreu no plano internacional. A disciplina surgiu nas escolas de formação de professores, em 1862, e o período que nos ocupa corresponde à sua primeira fase, marcada pela génese e apogeu, que se prolonga até cerca de 1930 ou, mais exactamente, até ao final da Primeira República portuguesa (Nóvoa, 1994). Neste sentido, é imprescindível compreender as vicissitudes da sua afirmação como disciplina, olhando esse itinerário através dos planos de estudo dos cursos de formação de professores do ensino primário, campo em que ganhou maior consistência nesta fase de afirmação.

Apesar de algumas tentativas anteriores, que não tiveram concretização, o ensino normal, em Portugal, inicia-se com o funcionamento das Escolas Normais Primárias de Lisboa, respectivamente para o sexo masculino¹ (Marvila, 1862-1881) e para o sexo feminino (Calvário, a partir de 1866). Foi nestas instituições que se ensinaram, pela primeira vez, a futuros professores, alguns rudimentos de história da educação, integrados nos apontamentos de introdução à disciplina de *Pedagogia geral, pedagogia e metodologia do ensino primário*. Globalmente, a afirmação das instituições de formação

¹ A Escola Normal Primária de Lisboa para o sexo masculino, que inicialmente funcionou em Marvila, foi instalada em 1881 no Palácio de Santos, onde ficou até 1914; em 1914/1915, passou para as instalações do edifício do Calvário, no contexto do processo de fusão das duas escolas normais de Lisboa que os republicanos preconizaram, concretizando assim o regime de coeducação.

de docentes acompanhou a construção de um pensamento pedagógico, que evoluiu, de forma gradual, de uma perspectiva essencialmente metodológica para uma dimensão progressivamente mais teórica. Esta dimensão ocorreu primeiro no plano da pedagogia e incorporou, sucessivamente, a história, a psicologia e a sociologia (Nóvoa, 1987; 1991; 1998).

A reforma de 1878, regulamentada em 1881, com novo plano de estudos, introduz alterações significativas no ensino normal. Na perspectiva que nos interessa directamente, a nova cadeira de *Pedagogia, metodologia e legislação relativa às escolas primárias* apresenta duas rubricas que abordam a história da educação: uma, *história da pedagogia*, apresenta a evolução diacrónica das ideias pedagógicas e remete para os principais pedagogos, a nível mundial; a outra, *história da instrução nacional*, organiza os temas em torno dos factos que marcaram a evolução da instrução em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até aos princípios fundamentais consagrados pelo liberalismo – liberdade e gratuidade de ensino (Ver Anexo II). Estas rubricas marcam a génese do ensino da história da educação em Portugal, porque embora o campo disciplinar surja no seio de outra disciplina, a de Pedagogia, já constitui grupos temáticos específicos e relativamente autónomos, face ao conjunto do programa. Por outro lado, apresenta uma organização e uma natureza conceptual que permanecerão por várias décadas, como sublinha António Nóvoa (1994):

“Estas rubricas definem já duas tradições que caracterizam a História da Educação no século XX: um ensino centrado nas ideias pedagógicas, sobretudo dos grandes educadores universais; e um ensino organizado em torno dos factos educativos, tendo como referência as principais reformas legislativas a nível nacional. Num certo sentido, esta dupla entrada, pelas *ideias* ou pela *legislação*, desenha uma matriz curricular que vem até aos dias de hoje” (p. 42)

No contexto deste enquadramento legal são elaborados os primeiros manuais para o ensino da história da educação (Cirne, 1881; Affreixo, 1883).

O conteúdo das reformas do ensino normal de 1896 e 1901-1902 confirmam as afirmações anteriores. Novamente no âmbito das disciplinas de *Pedagogia*, surgem os temas de história da educação, que seguem uma clara linha de continuidade relativamente aos programas anteriores (Cf. Anexos I e II). Esta similitude é mais evidente no texto programático de 1902, relativamente ao de 1881. O texto de 1896 limita-se a incluir meia dúzia de temas sobre a educação universal (com relevo para “os grandes reformadores”) e sobre a instrução portuguesa; o programa de 1902 consagra, à semelhança do de 1881, duas rubricas – *História da pedagogia* e *História da instrução popular portuguesa*. Tendo como cenário esta proximidade temática e organizacional dos temas, realça-se, no entanto, o cuidado de seleccionar e indicar, em 1902, o nome dos principais pedagogos universais, prescrevendo o ensino das suas ideias e da sua acção em prole da difusão do ensino e da reforma dos sistemas educativos. No mesmo sentido de uma visão progressista das políticas educativas, se compreende a prescrição do estudo das principais reformas promulgadas pelo liberalismo oitocentista, em Portugal.

As reformas desta fase final da monarquia encontraram tradução no manual de António Leitão (1906) e, numa dimensão mais marcadamente pedagógica, mas contemplando a evolução das ideias educativas, na obra de José Augusto Coelho.

A partir de 1910, as reformas republicanas do ensino conferiram uma importância fundamental à formação de professores, mas os anos que se seguiram à implantação da República foram de grande instabilidade, com a concretização muito lenta das reformas ou a sua substituição por outras reformas antes de se terem implementado as anteriores. A coexistência de escolas do ensino normal primário de nível diferenciado, assim como de cursos e planos de estudo diversos, marcaram esta fase. A reforma do ensino normal primário de 1914 contempla duas disciplinas de história da educação: uma em associação com a pedagogia, *Pedagogia geral e história da educação*, e outra designada como *História da instrução popular em Portugal*. Os programas destas disciplinas apenas seriam aprovados em 1916 – consagrava-se assim, pela primeira vez, a história da educação como

disciplina autónoma nos cursos de formação de professores do ensino primário², ao nível dos dispositivos legais.

Na realidade, a situação só estabilizou em 1919 e a reorganização então aprovada para o ensino normal primário incluiu, no respectivo plano de estudos, as duas disciplinas de história da educação já consagradas anteriormente (em 1916), mantendo-se exactamente as mesmas designações. No mesmo ano de 1919 são aprovados os programas do ensino normal primário, que reproduzem integralmente (as alterações limitam-se à substituição de raros vocábulos por sinónimos, ou à inversão na ordem de apresentação de alguns tópicos) os textos dos programas publicados no diário oficial, três antes. Ao assumir a legislação de 1914-1916 relativa à história da educação, a reforma de 1919 reforça este campo disciplinar nos cursos de formação de professores do ensino primário, à semelhança do que acontecia na formação de professores do ensino secundário, desde 1901-1902 (Nóvoa, 1994). Os dois manuais que ilustram de forma paradigmática o ensino destas duas cadeiras assumem no título as suas designações: *História da instrução popular em Portugal*, de Sílvio Pélico Filho (1923) e *Lições de pedagogia geral e de história da educação*, de Alberto Pimentel Filho (1919, reeditado em 1932).

Nos anos 20, a história da educação ocupou um lugar importante nas instituições de formação de professores, atingindo o seu apogeu. A influência crescente que foi conquistando nos currículos de formação de professores, desde 1860-1862 até finais da década de vinte, expressa em grande medida a função que desempenhou de suporte para a consolidação do sistema estatal de ensino e, paralelamente, o “destino de legitimação” das políticas educativas e reformadoras da monarquia constitucional e do republicanismo português (Nóvoa, 1994) que lhe foi atribuído. Com a ditadura e o Estado Novo, a duração dos cursos de formação de professores diminuiu, a perspectiva técnico-didática tornou-se gradualmente dominante e a história da educação conheceu um percurso descendente, desaparecendo dos currículos de formação de professores do ensino primário. Só voltou a integrá-los no início dos anos sessenta.

2. Manuais e autores na construção do conhecimento pedagógico

Os manuais de história da educação que aparecem nas últimas décadas do século XIX e anos iniciais do século XX comungam das mesmas características dos manuais de pedagogia (Girão, 2005; Pintassilgo, 2006). Eles são artefactos que apresentam uma materialidade específica e traduzem os programas das cadeiras dos cursos de formação de professores, interessando aqui os que foram produzidos no âmbito do ensino normal primário. Inserem-se assim no processo de desenvolvimento e afirmação da formação de professores em Portugal, tanto ao nível das respectivas instituições, como da produção de um pensamento pedagógico próprio, elaborado em grande parte no seio dessas escolas normais. Neste sentido, constituem dispositivos para a divulgação das ideias, temas e práticas de ensino, que se reclamavam novas e activas face à velha escola tradicional. Vários estudos têm sido realizados sobre manuais escolares, destacando-se a obra de referência de Michèle Rouillet (2001), as produções no âmbito do projecto Manes (por exemplo, Guereña & Ossenbach & Pozo, 2005), assim como os trabalhos publicados no âmbito do projecto *Prestige* e do projecto de cooperação luso-brasileira coordenado por António Nóvoa e Denice Catani, interessando em particular as obras de Silva (2001) e Correia & Silva (2002).

A parte principal do nosso *corpus* documental é constituído pelos manuais de pedagogia e história da educação publicados entre 1881 e 1932, conforme se referenciou no ponto anterior, em estreita articulação com os diplomas legais que os enquadravam. Os autores desses manuais eram professores das escolas normais (com excepção de F. A. do Amaral Cirne, Júnior), das disciplinas de pedagogia, de história da educação e de história da instrução popular. Os seus percursos de vida apresentam um perfil marcado por uma profunda ligação às questões educativas, aos debates do seu tempo e à actividade docente. No entanto, as suas formações eram diversificadas e foram professores em outros níveis de ensino, para além do ensino normal - advogados e juristas (3), cursaram teologia

² A primeira disciplina autónoma de história da educação em Portugal foi criada em 1902, com a designação de *História da Pedagogia, em especial de metodologia do ensino secundário, a partir do séc. XVI em diante*, no ano de preparação pedagógica (4.º ano, após três anos de preparação científica) do Curso de Habilitação para o Magistério Secundário, ministrado no Curso Superior de Letras de Lisboa.

(1), foram literatos e pedagogos autodidactas (1), médicos (1), ensinaram em escolas primárias, liceus, escolas técnicas e colégios particulares.

É este o caso de Amaral Cirne Júnior (1850-1882), que ficou conhecido pelo colégio particular que dirigiu no Porto e onde ensinaram figuras de relevo do campo cultural e educativo português (como Guerra Junqueiro e João de Deus), assim como pelas duras críticas que teceu à *Cartilha Maternal*, assumindo-se nesta polémica como um especialista de métodos de ensino. Aliás, ensinou surdos-mudos, conhecia a linguagem gestual e defendeu a necessidade de se iniciarem, entre nós, estudos pedológicos que consagassem uma “ciência da criança” (Nóvoa, 2003). O seu *Resumo da história da pedagogia* (1881) marca a existência, em português, de uma monografia sobre a história da educação e excertos desta obra foram publicados na tradução portuguesa do Dicionário de Campagne³.

Por seu lado, José Maria Graça Afreixo (1842-1919), professor primário, frequentou a Escola Normal de Lisboa (1866) e formou-se em Direito (1887), assumindo as funções de professor da Escola Normal de Évora, também no ano de 1887. Foi um colaborador assíduo da imprensa de educação e de ensino, um militante do associativismo mutualista e um reputado especialista, teórico e prático, das questões de didáctica e de pedagogia, dimensões que a sua obra reflectiu, tendo influenciado gerações de normalistas e professores, nos finais do século XIX, inícios do século XX. Publicou *Apontamentos para a história da pedagogia* (1883), em que segue os cânones tradicionais, expondo a linha evolutiva da ensino e das ideias pedagógicas, no país e no estrangeiro, desde os tempos mais remotos até à influência do positivismo na educação e na sociedade (Nóvoa, 2003, pp. 29-30).

José Augusto Coelho (1850-1925), professor das escolas normais do Porto (desde 1882) e depois de Lisboa, foi um dos mais reconhecidos pedagogos e considerado o iniciador, em Portugal, da pedagogia científica. De uma enorme erudição, focou aspectos de história da pedagogia nas suas obras e incluiu, especificamente na terceira parte de *Noções de pedagogia elementar* (1903; 1906), uma perspectiva da evolução das ideias educativas.

António Leitão (1880-1949) protagonizou um papel fundamental na construção do ensino normal primário, principalmente durante o período republicano e com assinalável continuidade na sua cidade, Coimbra. Advogado, professor da escola normal (desde 1901) e do ensino liceal, António Leitão dirigiu a Escola Normal Primária de Coimbra, durante longos períodos, a partir de 1911 e até finais da década de vinte. A sua principal obra intitula-se *Elementos de pedagogia* (1906), que integra tópicos relativos à história da pedagogia e à história da instrução popular portuguesa. O sólido percurso profissional de António Leitão construiu-se a par da consolidação do ensino normal republicano, de que ele foi um pilar essencial, assumindo uma imagem marcadamente institucional, decorrente da edificação das novas escolas normais.

Alberto Pimentel Filho (1875-1950), médico de formação, foi professor do ensino normal, desde 1901, nas escolas de Lisboa, nas áreas das ciências físico-químicas e naturais, da pedagogia (1915-1916) e, mais tarde, de Psicologia e Pedologia. A sua longa permanência no ensino normal, como docente de várias disciplinas fundamentais, é consistente com a publicação das respectivas lições. Ele ocupa um lugar de grande centralidade na construção do conhecimento pedagógico, da “ciência da educação”, nas primeiras décadas do século XX. Durante o seu percurso acompanhou a evolução dos programas e das práticas da formação de professores, que conhecia profundamente, contribuindo de forma decisiva para a afirmação da pedagogia (e das ciências suas auxiliares) como disciplina de referência dos cursos de formação. Paralelamente, a formação médica não foi alheia à atenção particular que deu aos aspectos psicológicos e fisiológicos, indispensáveis à consolidação de uma “ciência da criança”, a pedologia, a que ele dedicou a parte final da sua obra. Em 1919, publicou *Lições de pedagogia geral e de história da educação*, reeditada em 1932, “refundida e ampliada”. Profundo conhecedor dos autores e dos debates internacionais do seu tempo, que referiu abundantemente nos seus livros, defende a importância dos contributos da psicologia e da sociologia para a ciência da educação, desenvolvendo os fundamentos científicos da pedagogia.

Sílvio Pélico Filho (1890-19??) foi professor da Escola Normal Primária de Coimbra, tendo publicado as suas lições da *História da instrução popular em Portugal*, em 1923. Apresentou projectos de reforma (relativos à instrução secundária e universitária) e de métodos de ensino, visando

³ Campagne, E. M. (dir.) (1886). *Dicionário Universal de Educação e Ensino*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 3 volumes.

a transformação da escola em Portugal. Publicou várias obras para o ensino normal e para o ensino técnico, pois era professor em ambos. Após a imposição da ditadura militar e salazarista, dedicou-se à advocacia e à docência no ensino industrial e comercial, raramente surgindo em público no campo educativo, depois dessa data.

Estes docentes constituem um grupo profissional com uma cultura científica e pedagógica produzida num tempo de modernidade, que lhes fornece um abstracto comum e os configura como uma comunidade de educadores. Contudo, esta configuração é feita de traços morfológicos diversos (Nóvoa, 2003), em que o segmento que os une é a abordagem histórica das ideias pedagógicas e dos fenómenos educativos. No campo de produção em que se situaram, ocuparam um lugar de intermediação: tributários de uma história da pedagogia e da educação elaborada por autores estrangeiros, (re)interpretaram as suas fontes, incluíram os pedagogos e a realidade portuguesa e escreveram as suas obras pensando no apoio às cadeiras que leccionavam e aos seus próprios alunos, mas também assumiram uma atitude de intervenção mais alargada. De facto, a presença destes temas na imprensa de educação e ensino evidencia claramente a pertinência da reflexão desenvolvida no âmbito do ensino normal (Nóvoa, 1993, 1994).

3. O ensino da história da educação: princípios, temas e finalidades

Os manuais destes professores foram elaborados com uma finalidade escolar, aspecto que está consagrado no próprio título de “*Lições...*” (Pimentel, 1932), ou é referido em subtítulos como “*em harmonia com o programa oficial, para uso dos alunos das escolas normais e de habilitação para o magistério primário*” (Coelho, 1903) e estando em “*harmonia com os programas das escolas normais*” (Leitão, 1915). Em obra anterior, este autor expôs de forma lapidar a natureza dos seus manuais: “procurei a forma que mais se aproximasse da linguagem vulgar, e mais acessível [se] tornasse ... Se não é uma obra cheia de originalidade ... parece-me que satisfaz a uma aspiração mais humilde, mas nem por isso menos legítima, - a de concorrer para a iniciação metódica dos futuros dirigentes da infância naqueles problemas que mais tornam difícil o seu pesado mistério” (Leitão, 1903). A clareza da exposição e a forma resumida como António Leitão aborda as matérias, explicam em grande parte o sucesso editorial dos seus *Elementos de pedagogia*, livro surgido em 1906 e com oito reedições, tendo sido “durante anos, o único compêndio de Pedagogia oficialmente adoptado nas antigas escolas do ensino normal”⁴. Pélico Filho (1923) explicita uma finalidade semelhante para o seu manual:

“A matéria que constitui o presente livro é formada pela série de lições dadas por nós aos alunos da Escola Normal Primária de Coimbra, na cadeira de «História da Instrução Popular em Portugal» de que somos professor ... possui, parece-nos, um valor: o de ser no género o único livro didáctico, para o ensino, que se publica em Portugal. É fundamentalmente um livro, um compêndio, para o ensino da disciplina ... [e pretende] ser útil aos nossos alunos e à escola a que nos honramos subidamente de pertencer” (pp.5-6)

A obra de Alberto Pimentel Filho também é a publicação das “lições feitas no decurso do ano lectivo de 1919-1920”, na Escola Normal de Lisboa, mas a reedição de 1932 assume uma influência claramente mais vasta, no espaço luso-brasileiro.

“mesmo incompletas, essas lições despertaram interesse, justificado pela venda que tiveram não só em Portugal como no Brasil, a ponto que a edição se esgotou ... e me propuseram agora a reedição do livro ... Limitei-me por isso a alterar um pouco o plano da obra, que não tem agora de obedecer a qualquer programa, nem é destinada a alunos de qualquer escola, e a ampliar a história da educação” (pp.7-8)

⁴ Esta referência surge na “Explicação prévia” da 8.ª edição, em 1923; as edições anteriores da obra não tinham apresentação e a expressão “antigas escolas do ensino normal” realçam a oposição dicotómica com as novas escolas normais republicanas, a que António Leitão esteve profundamente ligado.

Este interesse geral pela história da pedagogia e da educação, presente em outros dos autores analisados, como Amaral Cirne, não anulam, contudo, a função essencialmente institucional destes manuais. É novamente Pimentel Filho que coloca o paradigma de formação a que eles pertencem, no contexto da renovada e republicana Escola Normal de Lisboa, cujo símbolo maior foi o seu novo edifício, em Benfica, onde a Escola passou a funcionar a partir de 1918.

“Os que frequentam esta Escola sabem muito bem que ela é um instituto de educação profissional: vem aqui aprender-se a ser educador, como numa faculdade de medicina se aprende a ser médico ou a ser agrónomo numa escola de agronomia. Quem educa professa uma arte ou uma ciência?” (1932, p. 9)

O autor defende que se aprende a ser professor e essa aprendizagem é alicerçada em conhecimentos científicos, em actividades práticas e na experiência progressivamente acumulada – o professor é um profissional, onde a arte e a vocação estão presentes, mas onde só a ciência permite opções esclarecidas e ditadas pelo bom senso. O processo de formação encontra paralelo em outros percursos profissionais de forte formação científica, como se registava com os médicos e com os agrónomos.

Neste sentido, os manuais são dispositivos de formação, que pretendem levar aos alunos mestres o conhecimento disciplinar de forma organizada e compilando todos os saberes considerados fundamentais para eles poderem vir a ser professores; são instrumentos para promover a consolidação do modelo escolar e, convergentemente, objectos da cultura escolar, fortemente articulados com a produção do currículo.

Esta dimensão é particularmente esclarecedora na reforma de 1919 (que confirma a de 1914-1916) e nos dois manuais dela decorrentes, de Pimentel Filho e Pélico Filho. As Instruções pedagógicas do programa de *Pedagogia geral e história da educação* revelam os dois eixos de abordagem do fenómeno educativo e dos objectivos republicanos para a formação de professores. Constata-se uma poderosa retórica em torno da missão do professor:

“Nas aulas deve percorrer o frémido ... dum espectáculo sensibilizador, empolgante, e que os torna [aos alunos] capazes dos mais belos feitos e lhes cria um ideal, - um ideal que os convenceu e venceu e pelo qual estão dispostos a todo o sacrifício! E ao terminar cada lição, todos os alunos-mestres devem sentir no seu íntimo a necessidade de ser professores e querer ser os apóstolos da verdade!” (Decreto n.º 6203, de 7 de Novembro de 1919, p. 2349)

Contudo, a escola normal é uma “escola essencialmente profissional, criadora de professores” e nela a “disciplina «Pedagogia» é o fundamento da educação que nela se deve ter como objectivo”. Deve, pois, alertar para todas as dificuldades que os professores encontrem nas sua actividade, “os espinhos da profissão”, de forma a afastar os fracos e a patentear, nos mais empenhados, “a alta responsabilidade dessa profissão, e como aquele que queira ser um verdadeiro educador tem de personalizar as mais elevadas virtudes, sendo um exemplo e um carácter” (idem). Vocação, carácter, coerência, culto pela verdade, fazem do professor um verdadeiro apóstolo do ideário republicano, capaz de educar “o homem novo”, cidadão participante e activo da nova sociedade (Pintassilgo, 1998). Pimentel Filho traduzirá este documento programático nas suas *Lições ...*, conferindo-lhe um sólido aparato científico, que desloca a problemática da formação de professores do registo meramente retórico para o plano da pedagogia experimental.

O positivismo marca indissociavelmente esta militância da missão laica republicana: “A aula deve ser sempre um laboratório de ideias derivadas dos factos e das observações sobre esses factos, e *nunca* um lugar para discursos, em que as palavras se sobrepõem às cousas, pairando no vago e na vacuidade do puro verbalismo”. Assim, “sem desprezar a teoria, deve...dar-se preferência ao estudo dos factos, à experiência” e o “professor de uma escola normalista, profissional, deve preocupar-se mais com os *factos* do que com as *opiniões*” (idem).

A dimensão onde a experiência assume uma função exemplar é a história – os factos inscrevem-se no espaço e no tempo, até chegarem ao presente onde ocorrem as aprendizagens e as actividades dos professores.

“O ensino da Pedagogia e da sua história deve ser, pois, essencialmente concreto, baseando-se nos factos, e o conhecimento dos princípios filosóficos em que se baseia, não para fazer eruditos e *pedantes*, mas verdadeiros pedagogos que, cômscios da sua alta missão, sabem para onde vão.

O ensino da história da pedagogia...é...para se saber a evolução das instituições educativas e o sentido em que ela se opera, ficando o professor habilitado a saber donde vem e para onde vai, e qual o caminho por onde tem de trilhar” (idem)

Seguindo o “método positivo, experimental” no ensino da matéria incluída no programa, “nada se deverá dizer ou afirmar sem que a experiência comprove e verifique. Os ensinamentos devem partir dos factos; só assim se fará ciência e ciência profissional”. Neste sentido, com especial incidência na matéria da 1.^a classe (as questões fundamentais da pedagogia, os critérios orientadores e a missão do professor), os problemas pedagógicos deviam ser analisados “empregando-se para todos eles o método histórico”. Por isso, ao longo do programa é consagrado o “emprego do método histórico” relativamente a “instituições escolares ou científicas”, “as instituições e as doutrinas” e “os autores”.

“O estudo das instituições e doutrinas ensinará como se resolveram na prática esses problemas e os tratadistas os pretenderam solucionar, e qual o valor dos alvires que apresentam ou apresentaram.” (idem)

Ilustrando este programa, Pimentel Filho estabelece que “o conhecimento da História constitui um dos elementos indispensáveis da propedeutica pedagógica...e esta afirmação é não só relativa à História Geral da Civilização, que tanta luz projecta na interpretação das teorias educativas, mas principalmente à História da Pedagogia” (1932, p. 153). No entanto, distanciou-se da seriação cronológica adoptada por Gabriel Compayré na análise das teorias e instituições pedagógicas, desde a antiguidade até aos tempos modernos, adoptando um critério diferente daquele autor, que exerceu a influência mais significativa na produção pedagógica e na história da educação, em Portugal. Neste sentido, Pimentel Filho elabora uma tentativa própria de sistematização filosófica da pedagogia.

“a História da Pedagogia deixará de ser a seca exposição duma tabela de autores e de obras, um enfadonho catálogo de pedagogos, para nos apresentar as concepções educativas como promovidas pelos factores de ordem social que cooperam no conjunto dos progressos humanos. Nem nos parece que por esta forma deixe de salientar-se a perfectibilidade sempre crescente das instituições e doutrinas pedagógicas, que em cada época nos aparecem, por via de regra, como o lógico produto de uma preparação anterior, como elos de uma cadeia evolutiva que a civilização vai desenrolando através do tempo.” (p. 154)

Associando intimamente a sociologia com a pedagogia, Pimentel Filho viu “nas doutrinas educativas o reflexo de influências sociais mais complexas”, entre as quais destacava a religião. Por isso, propôs uma história da pedagogia em três fases: a fase de organização teocrático-nacional (até final da antiguidade); a fase de organização filosófica e a fase de organização científico-sociológica, sublinhando no entanto não ser possível uma demarcação rigorosa destas fases, pois a “elaboração dos sistemas educativos se não tem operado por mutações bruscas, mas por uma evolução gradual e paralela à dos progressos sociais” (p. 157). A sua história da pedagogia ficaria, no entanto, pelo século XVI, não tendo concretizado desenvolvimentos posteriores que havia anunciado na primeira edição do manual.

A história da educação é encarada como o palco dos factos positivos, das acções dos grandes homens e das experiências realizadas – um verdadeiro laboratório da evolução da humanidade, onde se inscrevem os exemplos das instituições e também das ideias, das realizações e dos debates dos grandes pedagogos. A história ilustra o progresso linear e contínuo das ideias civilizatórias e da evolução dos sistemas educativos, legitimando a construção dos sistemas estatais de ensino e o esforço reformador dos regimes políticos liberal e republicano.

A *História da instrução popular em Portugal* surgia, por seu lado, como “uma especialização, um capítulo da história da pedagogia geral” e, por isso, “deve ser ensinada com o mesmo critério...as duas disciplinas sucedem-se e completam-se”. Logicamente, o positivismo continua a ser dominante, “o estudo deve ser baseado nos factos e só nos factos, para que a lição a tirar seja proveitosa e verdadeira”.

“Quanto ao método...a seguir no estudo especial da evolução das instituições populares de educação, convém não perder o caracter positivo, tratando apenas do que tem sido e não enveredar pelo caminho metafísico do que poderiam ter sido, se se dessem certos acontecimentos que não se deram...não se pode alterar o facto consumado, o passado...o estudo porque influíram [os factos] desta ou daquela maneira, também pode e deve fazer-se como lição para o futuro” (Decreto n.º 6203, de 7 de Novembro de 1919, p.2327)

Não estamos longe das “lições de coisas” do passado para exemplificar experiências e iluminar os itinerários a seguir pelos futuros professores. Ao assumir-se como uma disciplina com objectivos específicos, a *História da instrução popular em Portugal* clarificava, nas Instruções pedagógicas do programa, que a sua intenção é “intensificar, desenvolver a parte da pedagogia geral que se refere à instrução popular, e dessa instrução só a que diz respeito a Portugal...Tratar exclusivamente de Portugal, da evolução por que tem passado a educação popular e primária” no país. Contudo, o objectivo é mostrar “o que têm sido no campo social as diversas instituições da educação popular”, remetendo para o domínio da legislação a organização dessas mesmas instituições. Há, assim, um forte vínculo entre esta cadeira particular de história da educação e a de legislação.

O manual de Sílvio Pélico Filho⁵, com o mesmo título da disciplina, apresenta ainda o interesse de alargar a abordagem dos factos históricos às iniciativas de educação popular, não só com origem nos poderes públicos, mas também incluindo as iniciativas de natureza particular.

O nosso *corpus* documental engloba um conjunto de manuais do mesmo campo disciplinar e a sua análise realça a homogeneidade que é habitual apontar-lhes, sendo muito semelhantes entre si (como, aliás, sublinhámos para os planos de estudo) nos temas, nas perspectivas de abordagem e no peso relativo que atribuem às unidades de análise, que claramente se inspiram no modelo preconizado por Compayré (1911). Na realidade, o aparato científico e teórico de Pimentel Filho e a especificidade da realidade portuguesa que é dominante na obra de Sílvio Pélico não põem em causa esta asserção.

Os manuais portugueses são tributários das obras de autores estrangeiros e, tal como aconteceu com os manuais de pedagogia, também os historiadores portugueses da educação tiveram como referência fundamental Gabriel Compayré, muitas vezes referenciado, nomeadamente por Pimentel Filho (que se fundamenta num leque vasto de autores, como, por exemplo, além de Compayré, em Paroz e Buisson). Paralelamente, a presença das obras de François Guex, Paul Monroe e outros nomes de importância mais relativa nas bibliotecas pedagógicas das escolas de formação de professores, permite-nos cartografar o universo dos autores que foram mais utilizados para organizar a actividade docente e inspiraram de forma mais significativa a redacção dos manuais. Esta presença nos textos das obras analisadas e nos fundos bibliográficos (Mogarro, 2006) permite confirmar a existência de redes internacionais de circulação e apropriação de modelos culturais e pedagógicos, no caso concreto da história da educação, em que sobressai claramente a influência dos autores de matriz francesa, neste período.

O desaparecimento da disciplina de história da educação dos cursos de formação de professores do ensino primário, nos anos trinta, contrasta com o panorama que se viveu no Brasil, no mesmo campo, onde a disciplina continuou a integrar os planos de estudos (Bastos, 2005). Consequentemente, as implicações foram diferentes e divergentes as formas de afirmação e o peso do campo disciplinar na formação de professores, na investigação e na reflexão teórica. Estes itinerários distintos conheceram, por vezes, contactos pontuais entre professores e investigadores dos dois países, entre os anos trinta e oitenta. Desde então, uma profunda dinâmica tem sido construída entre as duas

⁵ Também foi autor da obra *Legislação comparada do ensino primário e normal*. Lisboa, 1924, confirmando a relação entre as duas disciplinas – a de legislação e a de história da instrução popular.

comunidades e a situação específica da história da educação, na formação de professores e no desenvolvimento da investigação, em Portugal (Nóvoa, 2004; Mogarro, 2006a; Santos, 2006; Ramos do Ó, 2006) como no Brasil (Bastos, 2005; Carvalho, 2005; Faria Filho, 2003; Nunes, 2003), convive hoje com as múltiplas iniciativas conjuntas (congressos, projectos, missões, participação em cursos de graduação e pós-graduação, publicações) que as aproximam e marcam, de forma intensa, as formas de ser e viver como historiadores da educação no espaço luso-brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Afreixo, J. M. Graça (1883). *Apontamentos para a história da pedagogia*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Bastos, M. H. C. (2005). *A disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1942-2002)*. Porto Alegre: PUCRS (mimeografado).
- Carvalho, M. C. de (2005). Considerações sobre o ensino da história da educação no Brasil. In D. Gatti Júnior & G. Inácio Filho (orgs). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações* (pp. 33-45). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.
- Cirne, Júnior, F. A. do Amaral (1881). *Resumo da história da pedagogia*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores.
- Coelho, J. A. (1903). *Noções de pedagogia elementar, coordenadas em harmonia com o programa oficial, para uso dos alunos das escolas normais e de habilitação para o magistério primário*. Lisboa: Livraria Moderna (2.ª ed.: 1906).
- Colecção oficial de legislação portuguesa (1894-1910)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Compayré, Gabriel (1911). *Pédagogie (Histoire de la)*. In F. Buisson (org.). *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d' instruction primaire* (pp. 1546-1550). Paris: Hachette.
- Correia, A. C. L. & Silva, V. B. (2002). *Manuais pedagógicos – Portugal e Brasil - 1930 a 1971 – Produção e circulação internacional de saberes pedagógicos*. Lisboa: Educa.
- Diário do Governo (1905-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Faria Filho, L. M. & Rodrigues, J. R. G. (2003). A história da educação programada: uma aproximação da história da educação ensinada nos cursos de pedagogia em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.º 6, Julho/Dezembro, 159-175.
- Girão, L. (2005). “*Tacto*”, “*bom senso*” e “*prudência*” nos manuais de pedagogia e didáctica do magistério primário: a dimensão hermenêutica do trabalho do professor (Portugal, 1870-1950). Dissertação de mestrado em Ciências de Educação. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Lisboa.
- Guereña, J.-L. & Ossenbach, G. & Pozo, M. M. (dir.) (2005). *Manuales Escolares en España, Portugal y America Latina (Siglos XIX y XX)*. Madrid: UNED.
- Leitão, A. (1903). *Lições de pedagogia. I. Psicologia e educação*. Coimbra: Typographia França Amado.
- Leitão, A. (1906). *Elementos de pedagogia, em harmonia com os programas das escolas normais*. Coimbra: Imprensa da Universidade (reimp. 1907; 2.ª ed. 1913; 3.ª ed. 1914; 4.ª ed. 1915; 5.ª ed. 191-; 6.ª ed. 191-; 7.ª ed. 1918; 8.ª ed.ª 1923).
- Mogarro, M. J. (2006). Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos: circulação e apropriação de saberes culturais. In J. Pintassilgo, M. C. Carvalho, M. J. Mogarro & M. C. Freitas (orgs). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais* (pp. 233-257). Lisboa: Colibri.
- Mogarro, M. J. (2006a). A História da Educação nos currículos de formação de professores: consolidar a História da Educação, pela construção de identidades. In J. Pintassilgo, L. G. Correia, L. M. Alves & M. L. Felgueiras (orgs.). *A História da Educação em Portugal – Balanço e Perspectivas*. Porto: Asa (no prelo).
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps des Professeurs - Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vols.
- Nóvoa, A. (1991). As ciências da educação e os processos de mudança. In A. Nóvoa, B. Campos, J. P. Ponte & M. E. B. Santos. *Ciências da educação e mudança*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

- Nóvoa, A. (1994). *História da Educação*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação / Universidade de Lisboa.
- Nóvoa, A. (1996). História da Educação: percursos de uma disciplina. *Análise Psicológica*, n.º 4 (XIV), 417-434.
- Nóvoa, A. (1998). *Histoire & comparaison: essais sur l' éducation*. Lisboa: Educa.
- Nóvoa, A. (1998a). História da Educação: novos sentidos, velhos problemas. In J. Magalhães (org.). *Fazer e ensinar história da educação em Portugal* (pp. 35-54). Braga: Universidade do Minho.
- Nóvoa, A. (2004). Why History of Education in Teacher Education? New answers to an old question. *Zeit p Historiograph*, 10, H2, 96-98.
- Nóvoa, A. (dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino – Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa.
- Nunes, C. (2003). O ensino da história da educação e a produção de sentidos na sala de aula. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.º 6, Julho/Dezembro, 115-158.
- Ó, J. Ramos do (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa.
- Ó, J. Ramos do (2006). Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal: um olhar sobre 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004. In J. Pintassilgo, L. G. Correia, L. M. Alves & M. L. Felgueiras (orgs.). *A História da Educação em Portugal – Balanço e Perspectivas*. Porto: Asa (no prelo).
- Pélico, Filho, Sílvio (1923). *História da instrução popular em Portugal*. Lisboa; Porto; Coimbra: Lúmen.
- Pimentel Filho, A. (1932). *Lições de pedagogia geral e de história da educação* (2.ª ed. refundida e ampliada). Lisboa: Guimarães & C.ª (1.ª ed. 1919).
- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2006). Manuais de Pedagogia e inovação educativa no primeiro terço do século XX. In J. Pintassilgo, M. C. Carvalho, M. J. Mogarro & M. C. Freitas (orgs.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais* (pp. 175-200). Lisboa: Colibri.
- Roulet, M. (2001). *Les manuels de pédagogie (1880-1920): Apprendre à enseigner dans les livres?* Paris: Presses Universitaires de France.
- Santos, M. T. (2006). Perfil da História da Educação: conflito entre o empobrecimento efectivo e o potencial objectivo. In J. Pintassilgo, L. G. Correia, L. M. Alves & M. L. Felgueiras (orgs.). *A História da Educação em Portugal – Balanço e Perspectivas*. Porto: Asa (no prelo).
- Silva, V. B. (2001). *Histórias de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971)*. Dissertação de mestrado. S. Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de S. Paulo.

Anexo I

Ano	Diploma/Data	Sumário
1860	Decreto de 4 de Dez.	Regulamento da Escola Normal Primária de Lisboa, para o sexo masculino
1863	Decreto de 20 de Out.	Regulamento da Escola Normal Primária de Lisboa, para o sexo feminino
1878	Lei de 2 de Mai.	Reforma Rodrigues Sampaio, que reformula o ensino normal
1881	Decreto de 25 de Jul.	Regulamenta a aplicação da Reforma de 1878, com novo Plano de Estudos
1894	Decreto de 27 de Dez.	Cria as escolas de habilitação para o magistério primário, com carácter regional
1896	Decreto de 18 de Jun.	Regulamento geral do ensino primário (Parte II – Ensino complementar e normal)
1901	Decreto n.º 8, de 24 de Dez.	Reforma do ensino normal primário
1902	Decretos de 18 de Out. e de 4 de Dez.	Programas e horários para as escolas de ensino normal
1911	Decreto com força de lei, de 29 de Março	Reforma do ensino infantil, primário e normal (institui três escolas normais primárias, Lisboa, Porto e Coimbra, em regime de coeducação)
1911	Decreto de 11 de Ago.	Regulamenta o programa para o exame da admissão às escolas normais
1911	Decreto de 24 de Ago.	Regulamento das escolas normais
1914	Lei n.º 233, de 7 de Jul.	Reforma do ensino normal primário (cria as três escolas previstas em 1911, até então não concretizadas, e extingue as escolas de habilitação para o magistério primário; consagra duas disciplinas de história da educação – Cf. Anexo II)
1916	Decreto n.º 2213, de 10 de Fev.	Aprova o regulamento e programas para a execução da lei n.º 233, de 1914, relativos ao ensino normal primário
1918	Decreto n.º 4579, de 12 de Jul.	Início do funcionamento da renovada Escola Normal Primária de Lisboa
1919	Decreto com força de lei n.º 5787-A, de 10 de Mai.	Reorganiza o ensino primário e normal, mantendo as duas disciplinas de história da educação consagradas em 1914
1919	Decreto n.º 6137, de 29 de Set.	Aprova regulamento do ensino primário e normal, tendo em conta diploma legal anterior
1919	Decreto n.º 6203, de 7 de Nov.	Aprova os programas do ensino primário geral, do ensino primário superior, do ensino normal primário e do exame de admissão às escolas normais primárias (Cf. Anexo II)
1920	Decreto n.º 6351, de 14 de Jan.	Regulamento interno da Escola Normal Primária de Lisboa

Anexo II

Ano	<i>Disciplina do Plano de Estudo / Tópicos ou Programa de História da Educação</i>
1860	<i>Pedagogia prática, legislação e administração do ensino:</i>
1863	Rudimentos de história da educação, nos apontamentos de introdução à disciplina.
1881	<i>Pedagogia, metodologia e legislação relativa às escolas primárias</i> - Referência às reformas do século XIX e duas rubricas relativas a: - <i>História da Pedagogia</i> A pedagogia nos povos antigos. A pedagogia depois do estabelecimento do cristianismo. A pedagogia na idade média. A pedagogia desde a Reforma até Pestalozzi. Fases diversas por que passou a pedagogia desde Pestalozzi até nós. A pedagogia alemã, americana, francesa e inglesa. Crítica de cada uma delas. Principais pedagogistas em cada uma destas épocas.

	<p>- <i>História da Instrução Nacional</i></p> <p>A instrução pública ao tempo da fundação da monarquia. Sua feição característica. O que representava a instrução nos elementos livre, associativo e beneficente. O elemento universitário influenciando no princípio constitutivo da educação nacional. D. Afonso V e a instrução nacional. A instrução primária no período da Renascença. Aurora do elemento particular. Decadência da instrução nacional. Os jesuítas e o seu sistema de instrução. Organização da instrução popular no tempo do marquês de Pombal. Seus fundamentos. A questão da instrução primária no tempo de D. Maria I. A revolução de 1820 e a instrução nacional. Decadência da reforma intentada pelo marquês de Pombal. A liberdade de ensino. A instrução primária gratuita</p> <hr/> <p>Manuais: Cirne (1881); Affreixo (1883)</p>
1896	<p><i>Pedagogia (excertos do Programa)</i></p> <p>História da instrução primária universal. Legislação do ensino primário desde o marquês de Pombal até ao presente. Ideia geral e sumária das leis de 1772, 1820, 1835, 1836, 1844, 1870, 1878, 1880, 1892, 1894. Principais regulamentos. Os grandes reformadores da escola: Pestalozzi, Froebel, Padre Girard, Basedow, Jacotot, Bell e Lancaster, Pape-Carpentier.</p>
1902	<p><i>Excertos do Programa de Pedagogia e, em especial, metodologia do ensino primário; legislação da escola primária portuguesa</i></p> <p>- <i>História da pedagogia</i></p> <p>Carácter da educação nos povos orientais, Grécia e Roma. A pedagogia na idade média. Fases por que tem passado a pedagogia desde a <i>Reforma</i> até nós. Carácter da pedagogia dos povos germânicos e latinos. Principais vultos que se distinguiram na difusão do ensino popular e na reforma dos sistemas educativos, sobretudo Lutero, Comenius, jansenistas, La Salle, Francke, Rousseau, Basedow, Condillac, Pestalozzi, Froebel, Bell e Lancaster, Padre Girard, Herbart, Pape-Carpentier, Spencer e Bain. Pedagogia dos jesuítas, seu carácter.</p> <p>- <i>História da instrução popular portuguesa</i></p> <p>Instrução popular desde os princípios da monarquia até o marquês de Pombal. Reforma de 1772 e fases por que tem passado a instrução primária desde então até hoje. Estudo resumido das reformas de 1835-1836-1844-1870-1878, 1880 e 1881-1896 e 1897. Conhecimento minucioso da lei de 1901, regulamento e programas.</p> <hr/> <p>Manuais: Coelho (1903); Leitão (1906)</p>
1911	<p><i>Pedagogia geral, pedologia e metodologia do ensino primário</i></p> <p>Não contemplava tópicos de história da educação</p>
1914	<p>O plano de estudos cria as disciplinas de <i>História da instrução popular em Portugal e Pedagogia geral e história da educação</i> (pela primeira vez com estas designações)</p>
1916	<p>Programas das disciplinas de <i>História da instrução popular em Portugal e Pedagogia geral e história da educação</i> (Cf. 1919, cujos programas reproduzem integralmente estes)</p>
1919	<p><i>História da instrução popular em Portugal</i></p>

	<p>- <i>Instruções pedagógicas</i>, de grande interesse para situar a disciplina e compreender o programa</p> <p>-<u>Nota explicativa</u>: O programa desta disciplina é longo e detalhado, situando-se cronologicamente desde a fundação da monarquia portuguesa até à vigência do período republicano⁶. O interessante manual de Sílvio Pélico Filho (1923) espelha bem este documento curricular.</p> <hr/> <p>Manual: Pélico Filho (1923)</p>
	<p><i>Pedagogia geral e história da educação</i></p> <p>- <u>Nota explicativa</u>: O programa desta disciplina, longo e exaustivo, apresenta de uma forma muito completa os conteúdos a abordar; no que respeita à história da educação, além das <i>Instruções pedagógicas</i> iniciais, que são imprescindíveis para a compreensão da perspectiva em que o Programa se coloca, são feitas várias referências ao “Emprego do método histórico”, relativamente a vários temas do Programa, nomeadamente sobre “as instituições escolares ou científicas”, “as instituições e as doutrinas” e “os autores”. Não cabe aqui a transcrição de um programa tão longo⁷, mas realça-se o manual de Alberto Pimentel Filho (1919; 1932) que ilustra bem o tratamento deste programa em lições.</p> <hr/> <p>Manual: Pimentel Filho (1919; 1932)</p>

⁶ Cf. Decreto n.º 6203, de 7 de Novembro de 1919, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 227, pp. 2327-2328.

⁷ Cf. Decreto n.º 6203, de 7 de Novembro de 1919, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 227, pp. 2349-2358.